



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Legislatura 2025 - 2028

EXERCÍCIO DE 2026 LIVRO Nº.: 002 PAG.: 083

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2026

Aos treze dias do mês de abril do ano de 2026, às 21h00, sob a presidência de Mario Augusto de Souza Nishiyama realizou-se a 7ª sessão extraordinária do corrente exercício. Assinaram o livro de presença os vereadores: Áurea Aparecida Rosa, José Roberto Comeron, Julio Cesar Costa Almeida, Lucimara Woolck Santos Antunes, Marcelo Rabelo de Carvalho Poli, Mario Augusto de Souza Nishiyama, Paulo Roberto Tarzã dos Santos, Robson Eucleber Leite, Ronaldo Pinheiro, Thiago Rodrigues de Oliveira Araujo, Valdimeia Pereira dos Santos, Vanderlei Bueno Pacheco e Wilson Roberto Margarido. Ausência de: Gleyce Dornelas de Almeida e Walter Daniel da Silva Júnior. Havendo número regimental e invocando a proteção de Deus, o presidente declara abertos os trabalhos da presente Sessão, convocada com a finalidade de ouvir os Secretários Municipais e o Procurador-Geral do Município, conforme o Requerimento nº 97/2026, para prestarem esclarecimentos acerca da situação financeira do município, bem como apresentar propostas e alternativas para o cumprimento das despesas e ampliação das receitas sem aumento de impostos. Aberta a sessão, o Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou que todos os presentes se ativessem ao tema constante no requerimento, limitando questionamentos e manifestações ao assunto em pauta. Registrou-se a presença das autoridades convocadas: o Secretário Municipal de Finanças, Sr. Laércio Lopes; o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sr. Alceu Silva de Paula; o Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Alexandre Oliveira Nogueira; e o Procurador-Geral do Município, Sr. Marcellus Gonsales Pereira, além de outros servidores da Secretaria Municipal de Finanças. Registrou-se ainda a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Luciano, que compareceu espontaneamente. Na sequência, foi concedida a palavra ao Secretário Municipal de Finanças, que iniciou sua explanação cumprimentando os presentes e destacando o trabalho da equipe técnica das secretarias envolvidas. Ressaltou o esforço e a dedicação dos servidores públicos diante dos desafios enfrentados pela administração municipal. Em sua exposição, o Secretário apresentou o cenário econômico atual, destacando a existência de um período de significativa retração econômica, com queda de arrecadação, impactando diretamente a capacidade financeira do município. Informou que a projeção orçamentária para o exercício de 2026 prevê despesas inferiores às do exercício anterior, com redução aproximada de 1,9%, em razão da necessidade de adequação à realidade financeira. Destacou o expressivo aumento das despesas em diversos setores ao longo dos últimos anos, exemplificando com os gastos com exames laboratoriais, que passaram de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em 2022 para cerca de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em 2026, tendo atingido R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) no exercício anterior. Mencionou também o aumento dos custos com transporte público, transporte escolar e transporte de pacientes, além de despesas com



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Legislatura 2025 - 2028

EXERCÍCIO DE 2026 LIVRO Nº.: 002 PAG.: 084

aterro sanitário, limpeza urbana e benefícios como auxílio-alimentação. O Secretário ressaltou que, embora reconheça a importância e a legitimidade dos serviços e benefícios ofertados à população, é imprescindível que a administração municipal observe sua capacidade de pagamento, a fim de garantir o equilíbrio fiscal. Abordou ainda a questão do financiamento da Santa Casa, destacando que houve, nos últimos anos, um esforço conjunto entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e demais instituições para viabilizar o custeio dos serviços. Informou que, anteriormente, houve redução da alíquota de contribuição previdenciária, o que possibilitou maior disponibilidade de recursos; entretanto, tal benefício está sendo gradualmente revertido, com aumento da alíquota, o que impactará novamente o orçamento municipal. Na sequência, o Secretário propôs a criação de um grupo de trabalho conjunto entre os Poderes Executivo e Legislativo, com a participação das equipes técnicas, com o objetivo de elaborar um plano de ação estruturado. Sugeriu a realização de levantamento de propostas, inclusive por meio de debates e apresentação de ideias diversas, com posterior definição de responsabilidades, prazos e viabilidade técnica, visando à construção de soluções concretas para o equilíbrio financeiro do município. Encerrada a explanação inicial, o Presidente agradeceu ao Secretário Laércio e concedeu a palavra ao Vereador Tarzan, autor do requerimento para a formulação de seus questionamentos. Ver. Tarzan fala sobre a proposta de alienação de imóveis públicos ociosos, destacando-se que há entendimento majoritário entre os vereadores quanto à viabilidade da medida, desde que precedida de análise da Comissão de Urbanismo. Ressaltou-se que os recursos provenientes dessas alienações deverão ser destinados a despesas de capital, contribuindo para investimentos em infraestrutura e aquisição de equipamentos públicos. Foram mencionadas diversas áreas com potencial de alienação, dentre elas imóveis localizados no Ouro Ville, Jardim Europa 3 e 4, Lagoa Grande, na região do Guarizinho, bem como outras áreas institucionais e terrenos sem utilização comprovada. Destacou-se, ainda, a necessidade de superação de entraves burocráticos e jurídicos para efetivação dessas medidas. Na sequência, discutiu-se a situação financeira do município, sendo informado que o cenário atual exige cautela, em razão de despesas elevadas nas áreas da saúde e educação, além do cumprimento de obrigações judiciais, como pagamento de RPVs e precatórios. Em resposta a indagações da ver. Áurea, foi assegurado que a folha de pagamento dos servidores referente ao mês de abril encontra-se garantida, sendo tratada como prioridade pela administração. Abordou-se também a situação do Instituto de Previdência Municipal (IPMI), destacando a importância do equilíbrio atuarial e a possibilidade de revisão de aportes, bem como estudos relacionados à separação de massas previdenciárias. Ressaltou-se a necessidade de responsabilidade técnica na condução do tema, em virtude do elevado volume de recursos administrados. Em continuidade, foram discutidas medidas de renegociação de dívidas, incluindo tratativas junto ao Tribunal de Justiça para redução de precatórios e junto ao INSS para reestruturação de débitos, com o objetivo de aliviar o fluxo financeiro do município. No que se refere à revisão de



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Legislatura 2025 - 2028

EXERCÍCIO DE 2026 LIVRO Nº.: 002 PAG.: 085

contratos administrativos, foram levantadas preocupações quanto à economicidade de serviços terceirizados. Citou-se, como exemplo, o contrato do serviço SAICA, apontando a possibilidade de redução de custos caso a execução seja realizada diretamente pelo município. Também foi debatido o custo do transporte público, sugerindo-se estudos para eventual aquisição de frota própria. Ver. Áurea indaga sobre questões relativas ao atendimento no serviço SAICA, incluindo alegações de falhas graves e necessidade de maior fiscalização. Parlamentares destacaram a importância de averiguação dos fatos e eventual revisão ou rescisão contratual, caso confirmadas irregularidades. Nesse sentido, reforçou-se a importância do diálogo entre Executivo e Legislativo, da realização de estudos técnicos prévios e do envio de projetos de forma individualizada para melhor análise e deliberação. Foram discutidos os desafios do transporte público, com destaque para o aumento da demanda após a implantação da tarifa zero, gerando superlotação e elevação dos custos, além da limitação do município na gestão de frota própria. Na área financeira, em razão de apontamentos e questionamentos do ver. Marcelo Poli, o Secretário Laercio explicou e debateu o resultado do exercício anterior, esclarecendo que o superávit apresentado inclui recursos vinculados, sendo reduzido o valor disponível em caixa. Foram manifestadas preocupações quanto à sustentabilidade financeira e ao pagamento futuro de despesas. Na saúde, apontaram-se falhas no transporte de pacientes, com escassez de veículos, ociosidade de motoristas e dependência de serviços terceirizados. Também foram abordadas medidas de contenção de despesas, a utilização de locação de veículos, críticas quanto ao planejamento administrativo e a necessidade de modernização dos sistemas de gestão. Registraram-se informações sobre prorrogação de programa de refinanciamento de dívidas, problemas operacionais em serviços e pendências de pagamentos condicionadas a trâmites legais. Ver. Marcelo Poli afirma que pagamento em dia é obrigação, que haveria erro dos secretários e chefe do executivo, não de funcionários. Comenta aspectos são erros sim, segundo ele. Relata que ambulâncias foram conquistadas pelo Legislativos, cita diversas situações que as secretarias batem cabeça, falta de atitudes, que não foram tomadas atitudes apontadas pelo legislativo sobre diversas situações. Ver. Ronaldo indaga sobre o não funcionamento do atendimento do 153 da GCM; Secretário Alceu diz que é por problema técnico da Vivo. Posteriormente o Secretário informou que o número 199 está funcionando normalmente. Ver. Ronaldo registra ainda outras situações que foram respondidas pela equipe do Executivo. Ver. Tarzan destaca a necessidade de cadastramento imobiliário no município, em razão da existência de imóveis com ampliações e modificações não regularizadas junto ao cadastro fiscal. Destacou-se a importância da atualização cadastral para fins de melhoria da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, sendo sugerida a adoção de força-tarefa administrativa, com eventual contratação temporária de servidores, bem como o cruzamento de dados com concessionárias de serviços públicos e demais fontes de informação, visando identificar inconsistências e ampliar a eficiência da fiscalização tributária. Foi também discutido



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Legislatura 2025 - 2028

EXERCÍCIO DE 2026 LIVRO Nº.: 002 PAG.: 086

contrato firmado pela administração anterior, no valor aproximado de R\$ 2.850.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), relacionado à execução de levantamento aéreo e implantação de sistema de cidade inteligente, através do georreferenciamento. Foram levantados questionamentos quanto ao custo do referido contrato e à efetividade dos resultados obtidos. Secretário faz suas pontuações sobre o tema. Em seguida, foi abordada a concessão de reajuste salarial a servidores da educação por meio de decreto municipal, especialmente no que se refere à aplicação de legislação federal relativa ao piso do magistério e à extensão do benefício aos profissionais do suporte pedagógico. Houve questionamentos quanto à legalidade da medida sem prévia autorização legislativa, tendo sido informado que a Procuradoria-Geral do Município entendeu pela possibilidade jurídica da adoção do referido instrumento normativo, que a Prefeita optou por fazer através desse mecanismo. Na sequência, foi tratado o aumento das despesas do município com pagamentos de Requisições de Pequeno Valor – RPVs, decorrentes de decisões judiciais envolvendo servidores municipais, especialmente professores, referentes a direitos reconhecidos judicialmente e não pagos em exercícios anteriores. Ressaltou-se que tais valores representam passivos acumulados, com impacto relevante nas finanças públicas, incluindo encargos e honorários advocatícios. Também foram apresentadas considerações acerca da necessidade de intensificação da fiscalização de obras e regularização de construções no município, destacando-se a ocorrência de edificações realizadas sem o devido licenciamento. Ressaltou-se a importância da atuação fiscalizatória para incremento da arrecadação tributária, bem como foram registrados elogios ao trabalho desenvolvido por fiscais, auditores e procuradores municipais. Ver. Tarzan fala sobre securitização da dívida pública. Foi informado, ainda, que o montante da dívida ativa municipal é de aproximadamente R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de reais), sendo destacada a necessidade de adoção de medidas administrativas e judiciais para recuperação dos créditos públicos. Nada mais havendo a tratar a Presidência convoca os vereadores para a 20ª Sessão Ordinária a ser realizada quinta-feira, dia 16 de abril, no horário regimental e invocando a proteção de Deus, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão e, mandando que para constar, fosse lavrada esta Ata que segue assinada pela Mesa Diretora. Palácio Vereador Euclides Modenezi, Plenário, 13 de abril de 2026.

MARINHO NISHIYAMA
PRESIDENTE

DR. MARCELO POLI
1º SECRETÁRIO

VAL SANTOS
2º SECRETÁRIA